

Uso e conservação da água

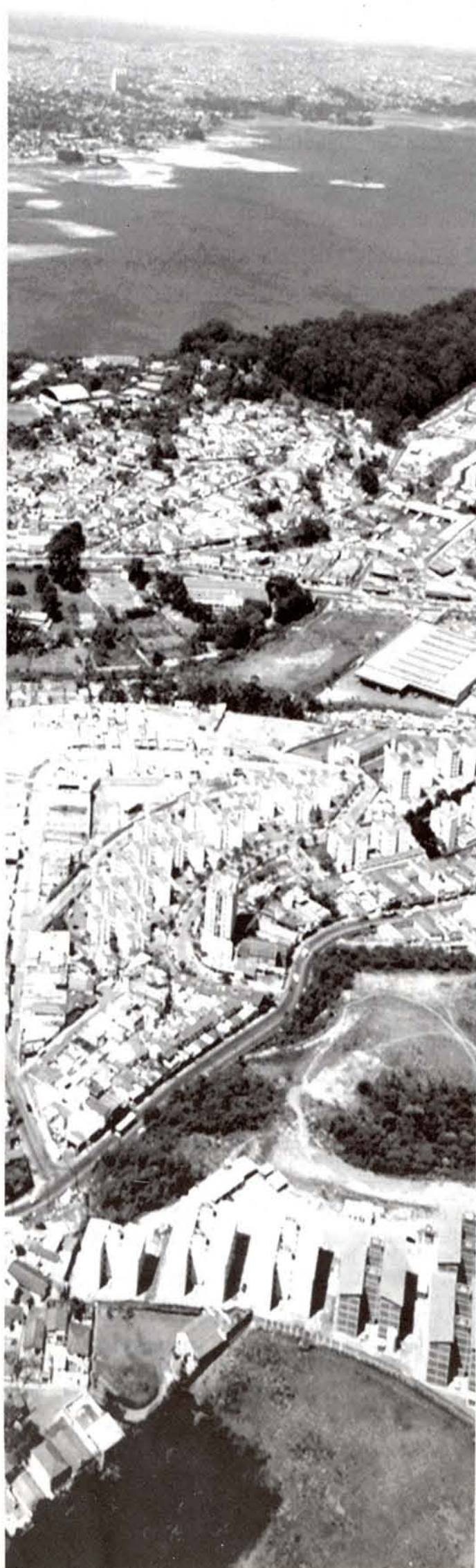


Foto: Sabesp

No dia 22 de março comemora-se o Dia Mundial da Água. Este ano a data adquire um significado especial, pois a Unesco declarou 2003 o Ano Internacional da Água Doce. O IEA participa ativamente dessa celebração com várias atividades de pesquisa e debate sobre o gerenciamento do uso e conservação dos recursos hídricos do país. No dia 17 de março haverá o lançamento da 2ª edição (revista e atualizada) do livro "Águas Doces no Brasil".

Outra iniciativa já em andamento é o Projeto Negowat, do qual o Instituto participa junto com várias instituições do Brasil e do Exterior. Nele, dois recursos serão testados como ferramentas auxiliares na negociação de conflitos: a modelagem multi-agente, que permite a simulação computacional biofísica e sociológica, e jogos de papéis entre os envolvidos. O projeto tem apoio da Comissão Europeia, Cirad (França) e Fapesp e tratará de casos específicos da Bacia do Alto Tietê (Grande São Paulo) e de Cochabamba, Bolívia.

A Região Metropolitana de São Paulo apresenta sérias dificuldades em relação à água disponível e sua qualidade, como as causadas pela expansão urbana em áreas de mananciais. Por isso o tema está presente, ao lado do desemprego e da urbanização caótica, no dossiê sobre São Paulo que a revista **Estudos Avançados** publica em seu próximo número, com lançamento em abril.

Cátedra Unesco define plano de ações pág. 3

A Cidade do Conhecimento em 2003 pág. 4

Estudos Avançados fala de São Paulo pág. 5

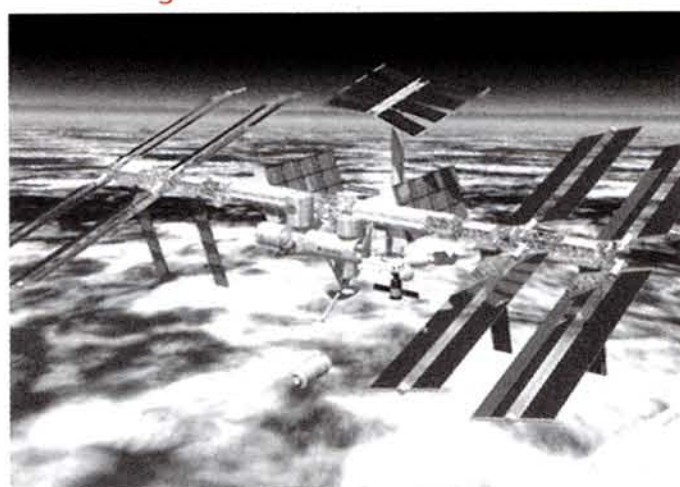
Livro sobre água ganha nova edição pág. 6

Negowat: nova ferramenta ambiental pág. 7

Teoria da computação

O lógico Francisco Antonio Doria, professor visitante do IEA, faz a palestra “Teoria dos Conjuntos e os Fundamentos da Teoria da Computação” no dia 18 de março, às 14h, no auditório do Instituto. A teoria axiomática dos conjuntos serve para a fundamentação de teorias em física (mecânica clássica, mecânica quântica, relatividade geral, eletromagnetismo), em economia (teoria dos jogos, teoria do equilíbrio de mercados), em ecologia e outras ciências. A dúvida é se ela serve para fundamentar a teoria da computação. Doria explicará como questões “interessantes e simples em teoria da computação levam a sentenças indecidíveis, se a teoria for axiomatizada de modo ‘natural’, com a ajuda da teoria axiomática dos conjuntos”. ^A

Coleção Documentos



“O Direito Espacial e as Hegemonias Mundiais”, de José Monserrat Filho e Patrick Salin, é o novo caderno da Série Política da **Coleção Documentos**. O texto examina aspectos centrais do papel exercido pelas potências hegemônicas nos processos de criação e desenvolvimento do direito espacial. Ao analisar o sistema bipolar (EUA e URSS) inicial até a unipolaridade atual, o texto defende a busca da multipolaridade como elemento inovador para a área espacial. Outro caderno lançado é “Gestão de Recursos Hídricos e Mecanismos Econômicos: Síntese de Algumas Experiências Internacionais”, de Carlos José Saldanha Machado. O texto apresenta descrições de alguns modelos de gestão da água com ênfase em aspectos gerais da estrutura de aplicação de mecanismos econômicos de gestão. ^A

Certificados de curso

Estão disponíveis os certificados referentes ao curso de extensão cultural “Introdução aos Conceitos e Estruturas da Física Teórica”, ministrado por Francisco Antonio Doria. Os participantes que tiveram frequência de no mínimo 70% das aulas devem entrar em contato com Alice Perran, pelo telefone (11) 3091-3919. Os certificados devem ser retirados na sede do IEA (Av. Prof. Luciano Gualberto, 374, térreo, sala 15), das 9 às 12h e das 14 às 17h. ^A

Antropologia social



Em abril, a Cátedra Claude Lévi-Strauss (convênio entre a USP e o Collège de France), sediada no IEA, recebe o antropólogo Philippe Descola, diretor do Laboratório de Antropologia Social do Collège de France e diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). Descola foi orientado em seu doutorado sobre os índios equatorianos Jivaro Achuar (*foto*) por Lévi-Strauss. Sua especialidade é o estudo antropológico comparativo dos modos de socialização da natureza. Em paralelo, continua a realizar suas pesquisas de campo na Amazônia. Em sua estada na USP, Descola fará palestra sobre invariantes ontológicas e tipos sociocósmicos. ^A

Cátedra Unesco define plano de ações

DIREITOS HUMANOS



Criação de núcleos locais nos campi do Interior, definição de núcleos temáticos de pesquisa, produção de livros e outros materiais de divulgação são as iniciativas a serem implementadas a partir de março pela Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, posto de pesquisa sediado no IEA e resultante de convênio entre a USP e a Unesco.

Núcleo estudará as formas de discriminação e os meios de proteção e promoção dos direitos da mulher

O plano de ações da Cátedra Unesco foi aprovado no final de 2002 e visa dinamizar as atividades do posto de pesquisa. Algumas providências para sua concretização já foram adotadas, com o objetivo de promover uma maior integração das áreas científicas que desenvolvem atividades diretamente relacionadas com os objetivos da cátedra.

O primeiro núcleo local deverá ser instalado no *campus* de Ribeirão Preto. Essa instalação favorecerá a promoção de cursos, o desenvolvimento de pesquisas e a realização de conferências e seminários, com o envolvimento de professores e estudantes. Além disso, a cátedra deverá participar das atividades de prestação de serviços à comunidade já desenvolvidas pelas Faculdades de Medicina e de Enfermagem, associando a divulgação dos direitos humanos ao esforço para a sua efetivação. Outros núcleos locais deverão ser instalados durante 2003, com os mesmo objetivos.

Deverão ser implantados núcleos temáticos, especialmente sobre os temas da paz, da tolerância e dos direitos da mulher. O Núcleo da Paz deverá promover conferências e debates, tendo como foco central o conflito israelense-palestino e a busca da paz no Oriente Médio, além do combate ao terrorismo por meios legais, sem a tragédia e as injustiças da guerra. O Núcleo da Tolerância realizará atividades que possibilitem a identificação e análise dos movimentos inspirados no racismo, na intolerância étnica e religiosa, bem como outras formas de discriminação.

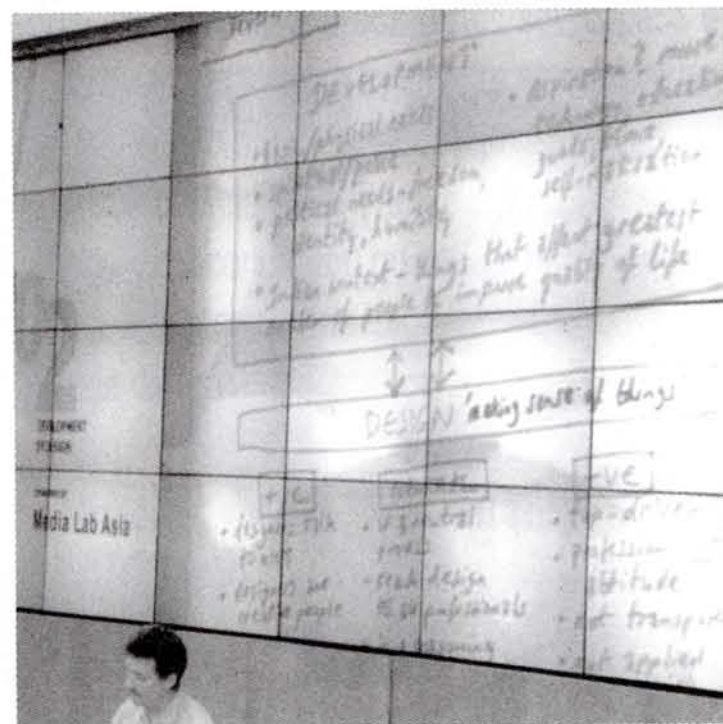
Para o estudo das formas de discriminação e dos meios de proteção e promoção do direitos da mulher, a cátedra iniciou entendimentos com o Fundo de Participação das Nações Unidas (Fnuap), através da representação do organismo no Brasil, para a realização de atividades conjuntas, como conferências, seminários e pesquisas. Especial atenção será dada às questões dos direitos reprodutivos, das discriminações e da igualdade de direitos no ambiente de trabalho.

O Núcleo de Publicações e Divulgação deverá publicar livro sobre noções básicas dos direitos humanos, contendo informações históricas, noções teóricas fundamentais e os textos normativos mais importantes, para ser utilizado como texto de apoio nos cursos de iniciação aos direitos humanos. Para publicação desse livro, a cátedra já celebrou acordo com a Edusp (Editora da Universidade de São Paulo) que prevê a publicação de uma Série de Direitos Humanos – Cátedra Unesco, para divulgação de atividades e estímulo à participação do público. Esse núcleo promoverá ainda a integração entre as atividades da cátedra e a Biblioteca Virtual da Comissão de Direitos Humanos da USP, para que se possibilite a divulgação dos principais documentos normativos dos direitos humanos. Também está prevista a criação de um Núcleo de Documentação.

A cátedra tem como coordenador o professor Dalmo Dallari. Seu Conselho é constituído pelos professores Sérgio Adorno, Maria Victória Benevides, Margarida Genevois, Alberto Castiel, Enrique Ricardo Lewandowski, Dina Lida Kinoshita, Maria Luiza Marcilio, Ermínia Maricato e D. Paulo Evaristo Arns, todos com história de vida reconhecidamente ativa na defesa dos direitos humanos. Em dezembro, a professora Margarida Genevois recebeu o Prêmio Universidade de São Paulo de Direitos Humanos edição 2002 na categoria individual.

Cidade do Conhecimento: da Índia ao SPiN

O projeto Cidade do Conhecimento entra em seu terceiro ano de atividades com uma agenda intensa e muitas novidades. Logo em janeiro, a Cidade levou um grupo de monitores de telecentros da Prefeitura de São Paulo e infocentros do programa ACESSA São Paulo (governo estadual) ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde produziram a primeira reportagem do boletim "Impressão Digital" (www.cidade.usp.br/imprensaodigital), realização da coalizão temática Comunicação do programa Gestão de Mídias Digitais (GMD).



Painel final da conferência "development by design", realizada em dezembro em Bangalore, Índia

O GMD é financiado pela Secretaria de Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo e pela Prefeitura de São Paulo. O objetivo é transformar usuários de postos públicos de acesso à Internet em áreas de exclusão social em produtores de conteúdo e gestores de mídias digitais. O programa já desenvolveu idéias como o Geração de Renda, que prevê a criação de um portal virtual que facilite as pesquisas sobre geração de renda, como busca de empregos e orientação para elaboração de currículos. O próximo passo será a implementação desse e de outros projetos.

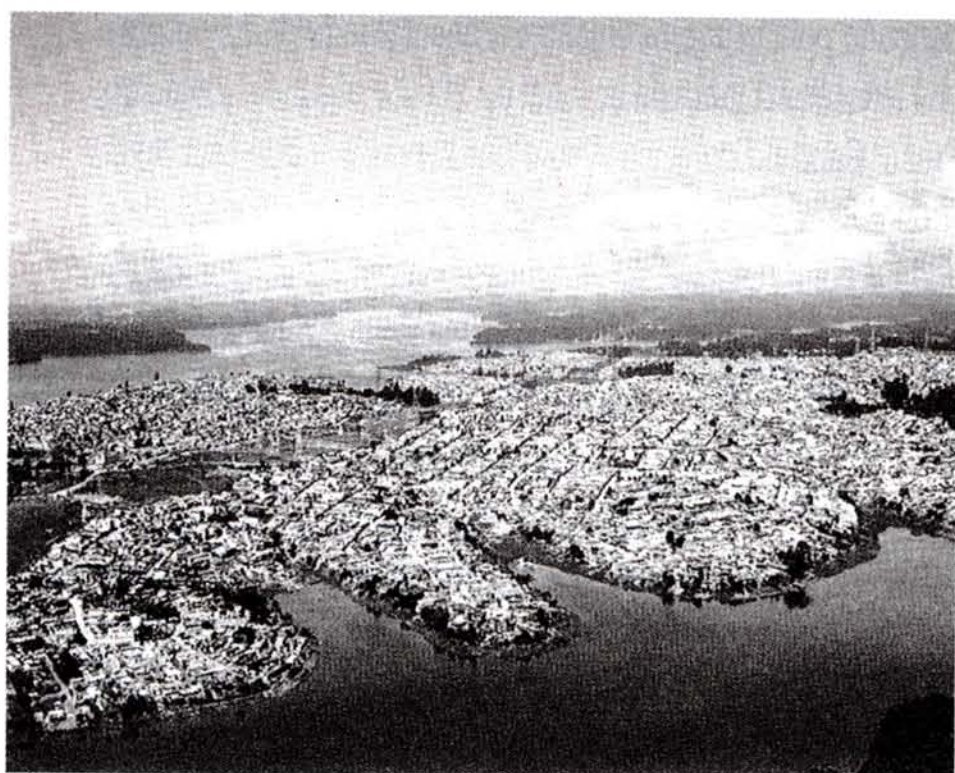
Já o boletim "Redemoinhos" (www.cidade.usp.br/redemoinhos) traz um relato da conferência "development by design", ocorrida em Bangalore, na Índia, no final de 2002. Organizada pelo Media Lab do MIT e pelo segundo ano consecutivo com participação de Gilson Schwartz, diretor acadêmico da Cidade do Conhecimento, a conferência surgiu a partir do projeto ThinkCycle, criado por Nitin Sahwney no âmbito do programa "Digital Nations", e destina-se à colaboração entre centros de tecnologia e projetos da área social. Há a perspectiva de uma edição do evento acontecer na USP este ano.

Esse espírito dos projetos empreendidos pela Cidade fez com que nesse início de ano sua equipe passasse a integrar o projeto SPiN (São Paulo Incubators Network). Cidade, Cietec (incubadora de alta tecnologia da USP), Incamp (incubadora alta tecnologia da Unicamp, associada ao Softex) e Universidade do Vale do Paraíba formarão a primeira rede no mundo em que a abordagem de incubação de projetos sociais é combinada a sistemas de apoio tecnológico por meio de redes avançadas. "Alta tecnologia e alta exclusão são os dois extremos dessa rede que vão se conectar e se transformar mutuamente", afirma Gilson Schwartz. Essa preocupação é o que

aproxima a Cidade com centros de excelência mundial como o Media Lab do MIT, a Cadeira de Inteligência Coletiva do Canadá (com Pierre Lévy), o Infonomics Institute da Universidade de Maastricht e o Institute of Developing Economies do Japão.

Outro programa que trará mudanças em 2003 será o Educar na Sociedade da Informação, que entra em seu terceiro ano de atividades. Voltado para educadores da rede de ensino médio e fundamental, em 2002 o curso ofereceu 12 módulos temáticos desenvolvidos através de palestras, oficinas, trabalhos de campo e atividades online em comunidades virtuais. Além de ser um programa de atualização com pesquisadores de destaque da USP e de outras organizações, tem também como objetivo formar uma rede de contatos com profissionais que lideram iniciativas educacionais, projetos de pesquisas e ações sociais com o uso inteligente das novas mídias.

O Dicionário do Trabalho Vivo entra no segundo ciclo de produção de verbetes e continua com inscrições abertas. O dicionário funciona como uma fonte de informação sobre trabalho, emprego e gestão de carreira profissional, na qual os integrantes do projeto se dividem em equipes para discutir cada verbete e chegar a uma definição conjunta. As discussões são feitas através de fóruns, chats e um sistema de publicação online, além de contar, em alguns casos, com a participação de professores da USP. Em dezembro foi concluído seu primeiro ciclo de verbetes, que traz definições de termos como Webwriter, Globalização, Educação a Distância, Qualidade de Vida, Gestão do Conhecimento, entre outros. Podem participar do projeto empresários, trabalhadores, profissionais desempregados, aposentados, estudantes universitários, do ensino médio e de cursinhos pré-vestibulares.



Região Metropolitana de São Paulo: pobreza e crescimento desordenado

Um dos artigos do dossiê é “Pobreza e Espaço: Padrões de Segregação em São Paulo”, de Haroldo da Gama Torres, Eduardo Marques, Maria Paula Ferreira e Sandra Bitar. Os autores utilizam os dados do Censo Demográfico de 2000 e o Sistema de Informação Geográfica (utilização de mapas) para atualizar o debate sobre o padrão de segregação urbana no Brasil. De acordo com eles, o modelo centro-periferia é uma simplificação genérica da forma urbana, como demonstra a heterogeneidade da periferia de São Paulo, situação que acarreta importantes conseqüências para as políticas públicas.

Segundo o artigo, três características do desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de São Paulo contrariam o antigo modelo centro-periferia: o surgimento de vários novos empreendimentos urbanos fechados na Zona Oeste, tradicionalmente ocupada pelos pobres; um processo de disseminação da pobreza por toda a cidade, levando a uma nova onda de favelas, marcada por múltiplas invasões em pequenos espaços entre pontes, margens de rios ou linhas férreas; a presença maior do poder público nas periferias, com um aumento significativo de vários indicadores sociais.

Ainda com relação à questão do espaço urbano, o dossiê terá os textos “Urbanização de Favelas no Guarapiranga”, de Paulo Bastos, e “O Novo Plano Diretor de São Paulo”, de Maria Lúcia Reffinetti Martins.

Na área ambiental, o uso e gerenciamento dos recursos hídricos da Região Metropolitana são tratados nos textos “Bacia Hidrográfica do Alto Tietê”, de Ricardo Toledo Silva e Mônica Ferreira do Amaral Porto, e “Cidade e Cidadãos: 100 Anos Destruindo os

Os desafios de São Paulo

REVISTA

Desemprego, urbanização caótica e dificuldades para o gerenciamento do uso e conservação dos recursos hídricos são três dos principais desafios para a melhoria da qualidade de vida na Região Metropolitana de São Paulo. Esses três aspectos foram escolhidos para compor o dossiê sobre a região da revista Estudos Avançados nº 47, a ser lançado em abril.

Rios Paulistanos”, de Ricardo Toledo Neder.

Em seu artigo, Neder faz uma análise das possibilidades e limites de funcionamento do Comitê da Bacia do Alto Tietê. Apresenta três dimensões-chave – do ponto de vista político-sociológico e institucional – para a preparação dos integrantes do comitê: necessidade de capacitação dos representantes e dirigentes de entidades civis e prefeituras para o desenvolvimento de modos alternativos de apropriação dos recursos hídricos da bacia; mudanças no funcionamento do processo de tomada de decisão, com cada segmento (prefeituras, sociedade civil e governo estadual) passando a ter suas posições expostas e dúvidas dirimidas, de forma a serem explicitados os conflitos e agilizar-se a possibilidade de decisões; a terceira dimensão está relacionada com a simulação dos modos de apropriação e de tomada de decisão, que são na verdade o caráter principal de planos de bacia ou de proteção ambiental e visam à formulação de arranjos provisórios (no entanto, há uma assimetria de poder entre as prefeituras e o governo estadual, com poucas secretarias municipais tendo a possibilidade de desenvolver planos de proteção ambiental, ficando à mercê de definições dos grupos técnicos estaduais).

O problema do desemprego em São Paulo (Estado e Capital) é tema dos artigos “Trabalho e Desemprego em São Paulo”, de Walter Barelli, e “O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo”, de Marise Borém Pimenta Hoffmann e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. O dossiê traz ainda texto de Ecléa Bosi sobre as memórias que os idosos têm da cidade de São Paulo. ^A

Livro sobre água ganha edição atualizada



Águas Doces no Brasil Capital Ecológico, Uso e Conservação

Organização e coordenação científica de Aldo Rebouças, Benedito Braga e José Galizia Tundisi. Escrituras Editora, 2002, 2ª edição, 704 páginas, R\$ 80,00. Se não for encontrado nas livrarias, o livro pode ser adquirido também no IEA, com Inês Iwashita (ineshita@usp.br), telefones (11) 3091-3919 e 3091-4442.

Diante do sucesso alcançado pela primeira edição e a necessidade de incorporar novos dados e sugestões de leitores, foi lançada no final de 2002 a segunda edição do livro "Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação", que tem organização e coordenação científica de Aldo Rebouças, Benedito Braga e José Galizia Tundisi. Revista e ampliada e com 704 páginas, a edição contém 22 artigos de 31 especialistas em diversas áreas vinculadas direta ou indiretamente ao uso e conservação dos recursos hídricos do país. No dia 17 de março, às 17h, a edição será lançada no IEA.

A obra recebeu um novo capítulo, que atualiza a abordagem a partir dos fatos ocorridos desde o lançamento da primeira edição, caso da criação da Agência Nacional das Águas (ANA) por meio da Lei nº 9.984/00, cujo objetivo é implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Alguns dos autores revisaram seus textos e a edição final contou com uma leitura técnica de todo o livro feita por Wagner Costa Ribeiro.

As águas doces compreendem chuvas, águas superficiais – fluxos dos rios, lagoas, áreas encharcadas –, águas subterrâneas, além de suas interações com o ambiente natural e com o ambiente antrópico. Praticamente todos os aspectos ligados às águas doces são debatidos no livro, entre eles as questões econômicas, saneamento básico, aspectos institucionais e jurídicos, necessidade de monitoramento, questões culturais e aproveitamento turístico.

Os organizadores destacam que a qualidade das águas de rios, lagos naturais e represas vem sendo degradada de maneira alarmante e esse processo pode logo ser irreversível, sobretudo nas áreas mais densamente povoadas dos países emergentes, como o Brasil.

"A partir da Revolução Industrial, o crescimento desordenado e localizado das demandas, associado aos processos de degradação da qualidade da água, vem engendrando sérios problemas de escassez – quantitativa ou qualitativa – e conflitos de uso, até mesmo nas regiões naturais com excedente hídrico", alertam os organizadores. Nesse quadro, a percepção do valor econômico da água tornou-se praticamente universal e vem adquirindo uma importância crescente como "fator competitivo do mercado internacional nas duas últimas décadas, daí a denominação da água como capital ecológico".

Entre os seis países de dimensões continentais, o Brasil é o único sob condições dominantes de clima tropical úmido, o que resulta na maior descarga de água doce, distribuída numa rede hidrográfica perene extensa e densa e na maior extensão de pantanais ou encharcados (38 áreas com 60 milhões de hectares de superfície total).

Esse potencial brasileiro "deve ser visto como um capital ecológico de inestimável importância e fator competitivo fundamental ao desenvolvimento socioeconômico sustentado". Nesse quadro, as alternativas de uso integrado e conservação das águas – em termos quantitativos, qualitativos e de manutenção dos ecossistemas naturais – são as mais promissoras, notam os organizadores.

A primeira edição, lançada em 1999, contou com o apoio financeiro do CNPq e apoio científico da Academia Brasileira de Ciências e do IEA. Foram impressos 2 mil exemplares, com mil sendo distribuídos aos autores e setores oficiais de recursos hídricos ou correlatos do governo federal, governos estaduais, universidades públicas e outras instituições de pesquisa.

O lançamento da segunda edição no dia 17 de março coincide com o período em que se realiza em Kyoto, Japão, o III Fórum Mundial da Água, nos dias 16 a 23. E no dia 22 de março é comemorado o Dia Mundial da Água, que este ano terá um significado especial, pois a Unesco declarou 2003 o Ano Internacional da Água Doce (veja em www.unesco.org.br/eventos/ano_agua_potavel.asp).

PROJETO

Negowat: novo recurso para negociações ambientais

Uma nova ferramenta será testada este ano como auxílio na negociação de conflitos sobre água e ocupação do solo na Bacia do Alto Tietê. É o Projeto Negowat, que utilizará a modelagem computacional multi-agente e jogos de papéis entre os envolvidos nessas questões. A iniciativa é financiada pela Comissão Europeia, Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) da França e Fapesp, com a participação de várias instituições brasileiras, européias e da Bolívia, onde experiência similar será feita.

A coordenadora do Negowat é a pesquisadora francesa Raphaële Ducrot, do Cirad. PhD em agronomia e especialista em modelagem multi-agente, ela trabalha sobretudo com problemas de gerenciamento de processos de decisão em sistemas de irrigação.

Há três problemas centrais no gerenciamento da Bacia do Alto Tietê, segundo Ducrot e outros integrantes do projeto: 1) melhoria da qualidade da água e proteção dos recursos, especialmente nas nascentes; 2) adequação dos recursos hídricos *versus* a demanda num contexto de crescimento populacional e aumento das tensões; 3) gerenciamento das inundações. A ferramenta a ser elaborada pelo Negowat será testada em casos ligados a esses problemas tanto na cabeceira do rio Tietê quanto na Represa Guarapiranga e também nas proximidades de Cochabamba, na Bolívia.

O projeto teve início com duas reuniões realizadas no final janeiro e início de fevereiro. A primeira foi para informes gerais a todos os pesquisadores brasileiros e discussões sobre sistemas complexos e o uso de modelagem multi-agente para a gestão de recursos naturais. A segunda contou com a presença também de pesquisadores bolivianos, para o lançamento formal do projeto e reuniões sobre metodologias de avaliação sociológica.

A modelagem multi-agente é uma nova forma de representação computacional desenvolvida nos últimos 15 anos e que utiliza a chamada linguagem orientada a objetos. Segundo Ducrot, isso tem sido utilizado nos últimos 10 anos na indústria, nos robôs, no controle de tráfego aéreo em aeroportos, na análise do trânsito de automóveis, e nos últimos 2 ou 3 anos passou a ser utilizada em centros de pesquisa para gestão de recursos naturais.

O interesse nesse tipo de modelagem, explica a pesquisadora, é que “possibilita um modelo muito aberto e permite representar, simultaneamente, fenômenos biofísicos e sociedades virtuais, onde agentes representam seres humanos, com comportamentos básicos como a possibilidade de tomar decisões, ter uma representação do ambiente e dos outros, de se comunicar e de agir”. Entretanto, ela considera que esses modelos são bons para representar sistemas complexos, mas não são adequados para fornecer previsões: “São mais interessantes para ajudar os atores a discutir a partir de cenários possíveis”.

“Não tenho a certeza que uma representação muito complexa de um sistema ajude na tomada de decisão, por isso nossa primeira hipótese é trabalhar com um modelo muito simples. O importante é que os atores concordem com a representação feitas sobre eles”, comenta Ducrot. A modelagem será refeita até que todos concordem com a forma com estão sendo retratados. Feito isso, acontecerão os jogos de papéis entre os envolvidos no problema. “Outra vantagem de articular a modelagem multi-agente com o jogo de papéis é que a modelagem é fechada, depois da concordância com as representações, enquanto o jogo de papéis é aberto, com as pessoas podendo propor outros enfoques e posturas.”

Exemplos de casos possíveis são os conflitos que podem surgir com agricultores, que podem alegar não concordar em pagar pela água que ajudam a conservar. Outro caso pode ser a negociação entre municípios que possuem recursos hídricos abundantes mas não os consomem e os municípios que usufruem desses recursos. Outra possibilidade é a situação das invasões de áreas de mananciais por loteamentos irregulares.

Mais informações sobre o Negowat em www.usp.br/iea/negowat.



Comissão estuda proposta da OMC



No dia 18 de fevereiro, foi instalada no IEA, por decisão do Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX) da USP, uma comissão para estudo das questões ligadas à transformação do ensino superior em item de serviço, sujeito às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A idéia dessa transformação começou quando em 1994 o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) incluiu o ensino superior e outros itens num plano de liberalização comercial progressiva. Em 1998, a OMC considerou a educação como "item de atribuição privada". Dois anos depois, em reunião no Catar, a OMC solicitou aos países integrantes da organização que apresentassem propostas para a abertura do mercado de educação. EUA, Nova Zelândia, Austrália e Japão já fizeram propostas, que vão desde a eliminação de subvenções governamentais até o estabelecimento de restrições que preservem peculiaridades culturais e qualidade do ensino.

A comissão é coordenada pelo professor Celso Cláudio de Hidebrand e Grisi (Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis). Os outros integrantes são os professores Gerhard Malnic (diretor do IEA), Arlei Benedito Macedo (Instituto de Geociências), Sonia Maria Portella Kruppa (Faculdade de Educação) e Tibor Rabócskay (Instituto de Química). O relatório será produzido até 10 de março e apresentado ao CoCEX no dia 20 de março. O Brasil tem até 31 de março para manifestar se aceita ou não a proposta da OMC.